

COMUNICADO
Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998
Balanco Patrimonial - Conjunto Hospitalar de Sorocaba - Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP				CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba			
CNPJ nº 61.687.356/0043-99				Demonstrações Financeiras			
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				Relatório Execução Orçamentária - Período 01/01/2022 a 31/12/2022			
Ativo				Saldo de caixa em 31/12/2021			
Circulante				Demonstrativo dos Repasses Públicos Recebidos			
				Origem de Recursos: Estadual			
				Valores			
				Documento			
				Notas de empenho nº			
				Data			
				Valores			
				repassados R\$			
Caixa e equivalentes de caixa				2022OB00660			
Estoques				2022OB10475			
Adiantamentos				2022OB13839			
Despesas antecipadas				2022OB22164			
Total do ativo circulante				2022OB32413			
Total do ativo				2022OB43847			
Ativo compensação				2022OB43972			
Imobilizado				2022OB43847			
Total do ativo compensação				2022OB56472			
Passivo				2022OB57490			
Circulante				2022OB57490			
Fornecedores				2022OB57490			
Obrigações trabalhistas e tributárias				2022OB57383			
Subvenção governamental para investimentos				2022OB57490			
Total do passivo circulante				2022OB57490			
Total do passivo				2022OB11582			
Patrimônio líquido				2022OB13141			
Patrimônio social				2022OB69581			
(Déficit) do exercício				2022OB69410			
Total do patrimônio líquido				2022OB69581			
Total do passivo e patrimônio líquido				2022OB79037			
Passivo compensação				2022OB81954			
Subvenção governamental para investimentos aplicados				2022OB81869			
Total do passivo compensação				2022OB81954			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				2022OB94410			
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)				2022OB94329			
				2022OB94410			
				2022OB94410			
				2022OBA7809			
				2022OBA7723			
				2022OBA7809			
				2022OBA7809			
				2022OBC2653			
				2022OBC2576			
				2022OBC2653			
				2022OBC2653			
				2022OBC2707			
				2022OBD4313			
				2022NE00065			
				2022NE00191			
				2022NE00304			
				2022NE00304			
				2022NE00304			
				2022NE00601			
				2022NE00664			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00741			
				2022NE00679			
				2022NE00784			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			
				2022NE00679			
				2022NE00601			
				2022NE00679			

...continuação

Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP
CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba

CNPJ nº 61.687.356/0043-99

Notas Explicativas

vação do certificado com validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. Em 1998, foi promulgado da Lei Complementar nº 846/98 aprovada pela Assembleia Legislativa, o Governo do Estado de São Paulo passou a qualificar entidades filantrópicas para a celebração de Contratos de Gestão com vistas à operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde de unidades públicas. Assim sendo, a entidade foi qualificada pelo Governo do Estado de São Paulo, como Organização Social de Saúde - "OSS". Em decorrência destas qualificações e da experiência adquirida ao longo dos anos, a entidade participou de chamamento público e foi vencedora no processo de seleção, assumindo a gestão do Conjunto Hospitalar de Sorocaba (CHS). A Entidade assinou contrato de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde em agosto de 2018.

2. Apresentação das demonstrações e principais práticas contábeis:

2.1. Base de apresentação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) incluindo as disposições contidas na Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 "Entidades sem Finalidade de Lucros" e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 8 - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos cíveis estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

Principais práticas contábeis:

a. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". De acordo com o Contrato de Gestão, a Entidade deve aplicar financeiramente todos os recursos enquanto estes não forem efetivamente aplicados em sua finalidade, quer seja custeio ou investimento. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo de até 90 dias, visando à continuidade normal das atividades da Entidade. **b. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo valor de custo de aquisição e estão relacionados, principalmente, a medicamentos e insumos hospitalares para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. **c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado:** Os elementos do ativo imobilizado são reconhecidos ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos. Os bens adquiridos para as unidades públicas administradas pela Entidade no âmbito do contrato de gestão, por se tratarem de bens do Estado de São Paulo são controlados em contas de compensação, da mesma forma que a subvenção para investimentos aplicados. Os ativos imobilizados utilizados nas operações do hospital, são bens patrimoniais públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência do Contrato de Gestão são destinados a operacionalização das atividades de serviços de saúde. Visando a formalização da cessão dos bens móveis, anualmente são emitidos os termos de permissão de uso, que visam à incorporação dos mesmos a Administração Pública. **d. Obrigações trabalhistas e tributárias:** Representam os valores de tributos e contribuições devidos pela Entidade. O referido grupo contempla também as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos. **e. Subvenções governamentais:** Quando destinados ao custeio, os recursos são creditados no grupo de conta "Receitas com Contratos de Gestão" no resultado do exercício, para fazer face às despesas incorridas. As subvenções para investimentos são reconhecidas como subvenção a aplicar no passivo circulante, sendo reconhecida como recurso de subvenção aplicada no momento das aquisições dos ativos, as quais são controladas em contas de compensações. **f. Outros ativos e passivos (circulante e não circulante):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **g. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **h. Receita operacional: (i) Receita com contrato de gestão e operacionalização de serviços:** A Entidade, qualificada como Organização Social de Saúde, através de Contratos de Gestão, celebra parcerias de gestão de serviço de saúde no âmbito do Estado de São Paulo. A legislação estadual regulamentou as parcerias com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de celebrar Contrato de Gestão de Serviços com a Secretaria de Saúde. Visando o gerenciamento de hospitais, as legislações determinaram ainda que estes equipamentos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração do contrato de gestão é definida de acordo com suas características de atendimento, orçamento de custeio pré-fixado, baseados em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento e em indicadores de organização do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acolhimento do usuário SUS, humanização, entre outras. Ao final de cada exercício, é celebrado termos de retificação ao contrato de gestão vigente, em que valor do recurso financeiro (receita) é definido conforme as metas propostas em relação às atividades. **i. Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **j. Apuração do resultado:** As receitas decorrentes de subvenções do contrato de gestão, custos e as demais receitas e despesas são reconhecidas, respeitando-se o princípio da competência. As subvenções decorrentes do contrato de gestão são reconhecidas conforme os va-

lores previstos nos contratos celebrados com o poder público. **k. Instrumentos financeiros: (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber do Estado são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber do Estado sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber do Estado sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Entidade mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Entidade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços. **(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados na categoria de outros passivos financeiros. Estes, por sua vez, são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: **forneedores. (iv) Desreconhecimento:** A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(v) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(vi) Instrumentos financeiros derivativos:** A Entidade não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*. **(vii) Redução ao valor recuperável (impairment):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Entidade não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco com taxa de câmbio; • Risco de liquidez; e • Risco de taxa de juros. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 12 - Instrumentos financeiros. **Estrutura do gerenciamento de risco:** As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2022	2021
Caixa fundo fixo	-	6.000
Bancos conta movimento	5.594	33.167
Aplicações financeiras	2.297.692	1.868.119
Total	2.303.286	1.907.286

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações de renda fixa em bancos de primeira linha, e buscam rendimentos próximos ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 2022 o rendimento aproximado foi 101% do CDI, (que eram entre 95% e 98% do CDI em 2021), e podem ser resgatados a qualquer momento sem perda de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são classificadas como equivalentes de caixa por serem mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo (de até 90 dias), visando à continuidade normal das atividades da Entidade.

Descrição	2022	2021
CDB e aplicações compromissadas	2.297.692	1.868.119

O saldo apurado ao final de cada exercício, conforme determinado no contrato de gestão, poderá permanecer como disponibilidade, que deverá aplicar o montante na execução do objeto contratual no exercício subsequente. Os recursos repassados são aplicados no mercado financeiro, e o resultado desta aplicação são revertidos exclusivamente aos objetivos do contrato de gestão (recursos com restrição).

4. Estoques: O estoque é representado principalmente por medicamentos e insumos hospitalares. A Entidade não constitui provisão para obsolescência de seus estoques. Sobre o estoque de medicamentos, principalmente, este possui giro médio de até 30 dias, por tratarem-se de unidade que possuem alta demanda.

Descrição	2022	2021
Estoque de medicamentos e insumos hospitalares	4.766.279	3.868.288
Total	4.766.279	3.868.288

5. Forneedores: Representado principalmente por valores a pagar relacionados à compra de insumos hospitalares, medicamentos e prestação de serviços assistenciais e administrativos.

Descrição	2022	2021
Forneedores	14.819.636	12.161.893

2022 (Em Reais)			
Total	14.819.636	12.161.893	
6. Obrigações trabalhistas e tributárias			
	2022	2021	
Obrigações trabalhistas			
Provisões para férias e encargos	5.668.840	4.737.183	
FGTS a recolher	531.423	461.540	
INSS retido na fonte a recolher	392.319	317.144	
Salários a pagar	408.051	385.297	
Contribuição sindical e assistencial	1.460	1.535	
	7.002.093	5.902.699	
Obrigações tributárias			
IRRF retido na fonte	519.158	396.312	
PIS, Cofins e CSLL retidos na fonte	198.321	179.489	
ISS a recolher	20.772	2.513	
	738.251	578.314	
Total das obrigações trabalhistas e tributárias	7.740.344	6.481.013	
7. Subvenção governamental para investimento: 7.1. Subvenção governamental a aplicar em investimentos: A título de investimento em obras ou equipamentos, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo por meio do contrato de gestão com a Entidade, realizaram subvenções para investimentos empregados na aquisição de ativos imobilizados, intangível, reformas prediais e de estrutura para atendimento. As subvenções governamentais a aplicar são controladas em contas do passivo e no momento que são aplicadas, são controladas em contas de compensações.			
	2022	2021	
CHS	4.015.567	3.149.355	
Total	4.015.567	3.149.355	
7.2. Subvenção governamental aplicadas em investimentos: Em atendimento ao Contrato de Gestão firmado entre a Entidade e a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, estabelece que a Entidade deve usufruir apenas do direito de uso dos bens, sendo a propriedade, escrituração contábil de custos e depreciação está a cargo da Secretaria do Estado de Saúde de São Paulo. Os itens do ativo imobilizado do contrato de gestão são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. A Entidade faz o controle patrimonial em conta de compensação, sem prejuízo das informações econômicas, segue demonstração:			
	Imobilizado	Imobilizado	
	2022	2021	
CHS	5.970.421	4.131.485	
Total	5.970.421	4.131.485	
Subvenção governamental para investimentos aplicados	5.970.421	4.131.485	
8. Provisão para contingências trabalhistas e cíveis: Durante o curso normal de seus negócios, a Entidade fica exposta a contingências e riscos, que incluem processos judiciais de natureza trabalhista e cível em discussão. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Entidade não possuía registros e valores a título de provisão para cobrir riscos prováveis às eventuais demandas judiciais. A Entidade possui processos trabalhistas e cíveis em discussão, classificados por seus assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, cujo montante é de aproximadamente, R\$ 2.818.653 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.445.858 em 2021), os quais não foram constituídos provisões por entender que há um risco reduzido de perdas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.			
9. Receitas operacionais líquidas			
	2022	2021	
Contrato de gestão - OSS (a)	179.015.602	164.529.499	
Outras receitas (b)	1.099.071	1.579.992	
Total	180.114.673	166.109.491	
(a) Contrato de gestão - OSS: A Entidade celebrou contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS). Este contrato estabelece prazo de vigência determinado, o orçamento oriundo do gerenciamento de hospitais de saúde, aplicadas integralmente nos objetos dos instrumentos celebrados com o Estado;			
(b) Outras receitas: Locação de espaço, reciclagem de materiais, campo de aprendizagem e demais receitas.			
10. Custos de serviços prestados e despesas operacionais			
	2022	2021	
Pessoal, benefícios e encargos	(64.774.091)	(54.410.171)	
Serviços de terceiros	(57.556.422)	(54.261.521)	
Materiais e medicamentos	(56.163.195)	(51.935.007)	
Administrativas e gerais	(6.613.065)	(6.095.945)	
Demais despesas operacionais	(1.737)	-	
	(185.108.510)	(166.702.644)	
Classificados como:			
Custos de serviços prestados	(165.153.481)	(150.301.593)	
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais	(19.953.292)	(16.401.051)	
Demais despesas operacionais	(1.737)	-	
	(19.955.029)	(16.401.051)	
	(185.108.510)	(166.702.644)	
11. Resultado financeiro, líquido: Os encargos financeiros e as variações monetárias apropriadas ao resultado estão demonstrados como seguem:			
	2022	2021	
Receitas financeiras			
Rendimentos aplicações	1.552.280	554.535	
	1.552.280	554.535	
Despesas financeiras			
Despesas financeiras	(5.777)	(7.034)	
	(5.777)	(7.034)	
Total receita financeira líquida	1.546.503	547.501	
12. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Entidade, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:			
a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso o Estado ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa e outros créditos. Exposição a risco de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito nas datas das demonstrações financeiras foi:			
	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.303.286	1.907.286
Total		2.303.286	1.907.286
• Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco corporativo determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como proposta de mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Entidade. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de			

continua...



...continuação				Serviço Social da Construção Civil do Estado de São Paulo - SECONCI-SP			
				CHS - Conjunto Hospitalar de Sorocaba			
				CNPJ nº 61.687.356/0043-99			
				Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2022 (Em Reais)			
prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.				Parecer Técnico nº 348/2022-CGGER/DCEBS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.182019/2020-48, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Artigo 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% do serviço do SECONCI-SP com sede em São Paulo. A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS perante o Ministério da Saúde, cujo último deferimento ocorreu conforme portaria nº 714, de 03/10/2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 05/10/2022, a renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023. A Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, e a obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelo Ministério da Saúde.			
				15. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.			
				16. Seguros (não auditado): A Entidade mantém, em 31 de dezembro de 2022, os seguintes contratos de seguros a valores considerados compatíveis, pela Administração, com os riscos envolvidos: • Multirrisco: Cobertura dos prédios, maquinário, equipamentos, móveis e utensílios e estoques contra: roubo e furto qualificado, quedas de raio, danos elétricos, incêndio, explosão, vendaval, granizo, impacto de veículo, desmoroamento total ou parcial, responsabilidade civil operações, perda de aluguel, vazamento de tanques e tubulações, equipamentos estacionários e arrendados e lucros cessantes; • Responsabilidade Civil Profissional: Danos materiais e morais nos hospitais e ambulatórios, através dos seus médicos, dentistas, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem e demais empregados no exercício da sua profissão estendendo aos serviços terceirizados; • Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores: Responsabilidade civil de administradores e diretores, extensão automática para cobertura de novas subsidiárias, adquiridas ou constituídas durante a vigência da apólice, gerenciamento de crises, despesas de publicidade a danos a reputação, reclamações resultantes de erros e omissões na prestação de serviços profissionais da Entidade, danos ambientais, reclamações feitas pelo governo e demais órgãos regulamentadores, questões tributárias; • Responsabilidade Civil Geral: Tem por objetivo garantir o pagamento de indenizações ao segurado ou diretamente a terceiros, das quantias pelas quais o segurado vier a ser responsável civilmente em ação de responsabilidade contra a entidade; e • Veículos: Cobertura para roubo e furto qualificado, avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes.			
				Diretoria			
				Maristela Alves Lima Honda			
				Conselheira Presidente			
				Paulo Roberto Simon Carrion - Contador CRC 1SP 155005/O-4			

